

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Abril/2018

**Tribunal Regional do Trabalho
da 6ª Região – Pernambuco****Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 004Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-004Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto abaixo.

A arte requer “explicação”?

Aqui e ali, quem frequenta bienais, salões de arte ou exposições de artes plásticas encontrará de repente não um quadro, uma escultura ou algum objeto de significação histórica, mas uma instalação – nome que se dá, segundo o dicionário Houaiss, a “alguma obra de arte que consiste em construção ou empilhamento de materiais, permanente ou temporário, em que o espectador pode participar, manipulando-a, ou, sendo, às vezes, de tamanho tão grande, que o espectador pode nela entrar”. Trata-se, em outras palavras, de materiais organizados num espaço físico de modo a constituírem uma obra de arte.

Ocorre, porém, com grande parte das instalações, um fenômeno curioso: com muita frequência o criador é convidado a explicar – e o faz com linguagem muito sofisticada – o sentido profundo que pretendeu dar àquele conjunto de materiais, àquela instalação que ele concebeu. Para o público, restará a impressão final de que os materiais eram, em si mesmos, insuficientes para significarem alguma coisa: precisavam da explicação de quem os utilizou.

As verdadeiras obras de arte se impõem por si mesmas, independentemente de qualquer explicação prévia ou justificativa final. O grande músico, o grande escritor, o grande cineasta não precisam interpor-se entre a sonata, o romance ou o filme para explicar seu sentido junto ao público. Certamente haverá oportunidade para todos refletirmos sobre o sentido dinâmico de uma obra artística que atingiu o nosso interesse e provocou o nosso prazer; mas nada será mais forte do que a mobilização emocional e intelectual que a obra já despertou em nós, no primeiro contato.

(Aristeu Valverde, *inédito*)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) o sentido dinâmico de uma obra artística (3º parágrafo) = a presunção impulsiva de um artefato.
 - (B) nada será mais forte do que a mobilização emocional (3º parágrafo) = nada superará a ativação dos sentimentos.
 - (C) permanente ou temporário (1º parágrafo) = vitalício ou inabitual.
 - (D) o faz com linguagem muito sofisticada (2º parágrafo) = cumpre-o com expressões rudimentares.
 - (E) os materiais eram, em si mesmos, insuficientes (2º parágrafo) = os utensílios, vistos em si, estavam indisponíveis.

2. A pergunta que constitui o título do texto encontra sua resposta, conforme se posiciona o autor, no seguinte segmento:
 - (A) oportunidade para todos refletirmos sobre o sentido dinâmico de uma obra artística (3º parágrafo).
 - (B) atingiu o nosso interesse e provocou o nosso prazer (3º parágrafo).
 - (C) materiais organizados num espaço físico de modo a constituírem uma obra de arte (1º parágrafo).
 - (D) os materiais eram, em si mesmos, insuficientes para significarem alguma coisa (2º parágrafo).
 - (E) O grande músico, o grande escritor, o grande cineasta não precisam interpor-se entre a sonata, o romance ou o filme (3º parágrafo).

3. Da posição assumida pelo autor do texto em relação às instalações e às obras de arte em geral, deduz-se sua convicção de que as obras de arte
 - (A) valem-se de uma força já presente em sua linguagem, o que não impede que venhamos a refletir e ponderar sobre elas.
 - (B) dispensam qualquer explicação quando não se propõem a ser grandiosas, preferindo tirar partido de sua simplicidade.
 - (C) não favorecem debates ou reflexões, em vista da autossuficiência do sentido que exprimem de modo direto.
 - (D) devem ser esclarecidas por aquele que lhes emprestou determinado sentido, ao criá-las com função estética.
 - (E) desvendam-se por si mesmas, a menos que seu autor seja capaz de nos mostrar que seu sentido explica-se conforme sua intenção.



4. Transpondo-se para o discurso direto, em linguagem adequada, o segmento *Disse-me o artista na exposição que aquela sua instalação deveria comover-nos mesmo sem a sua explicação*, obtém-se a construção:

Disse-me o artista na exposição:

- (A) – Aquela instalação deveria comover vocês ainda que não a expliquem.
- (B) – Aquela minha instalação deve comover-lhes mesmo sem o que a explique.
- (C) – Essa instalação minha deveria comover mesmo que vocês não a explicassem.
- (D) – Eis uma instalação minha cuja comoção não necessita mesmo de sua explicação.
- (E) – Esta minha instalação deverá comovê-los mesmo que eu não a explique.

5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) O fato de haverem explicações para obras artísticas provam que já não existiria nelas aquela força suficiente para dispensá-las.
- (B) Tanto não necessitam de explicação, que as verdadeiras obras de arte podem-nos convencer sem outra força além da que lhes cabem.
- (C) Partindo do caso específico das instalações, o autor nos leva a refletir sobre o que considera a força intrínseca de toda obra de arte.
- (D) Se uma obra de arte vir acompanhada de uma explicação, é por que sua razão de ser principal já foi subestimada.
- (E) Ainda que fosse necessário explicá-las, porquanto de algum mistério, toda obra de arte deveria ter alguma força já em si mesma.

6. Há construção na voz passiva e adequada articulação entre os tempos verbais na frase:

- (A) Nunca a linguagem das grandes obras de arte teria necessidade de alguma explicação que venha a se tornar indispensável.
- (B) Por mais que nos esforcemos para perscrutar o sentido de uma instalação, este sempre dependeria das razões alegadas pelo autor.
- (C) Os que apreciarem as instalações, no futuro, talvez poderiam emprestar-lhes o sentido que hoje não parecem ter.
- (D) Ao serem visitadas, as instalações costumam impressionar o público que se deixa levar pela significação que o próprio autor lhes atribui.
- (E) Se fosse para levar a sério a materialidade das instalações, nenhuma delas necessita da justificativa a ser dada pelo criador.

Atenção: Leia com atenção o texto seguinte para responder às questões de números 7 a 12. Trata-se de uma apresentação que faz o escritor José Castello a um livro que escreveu em homenagem ao cronista Rubem Braga.

Uma entrevista sincera

Quando morreu Rubem Braga, nosso maior cronista, a parte mais importante de sua vida sobreviveu guardada nas mais de 15 mil crônicas que ele escreveu em 62 anos de atividade jornalística. Tomei então uma decisão: resolvi usar as crônicas como se fossem uma longa e sincera entrevista que Braga tivesse me concedido antes de morrer.

A maior parte dos relatos deste livro não tem a pretensão de ser uma reconstituição fiel dos fatos, mas apenas sua evocação. A maioria absoluta das descrições e dos diálogos deve ser lida, apenas, como uma recriação. A crônica foi, para ele, um gênero eminentemente confessional, e os fatos, nada mais do que os fatos, sua matéria-prima. Mas, ao ler seus escritos, logo se percebe que essas toneladas de acontecimentos estão cimentadas pela força do lirismo e de vasta imaginação, ou simplesmente desmoronariam. Em outras palavras: sem a capacidade de sonhar, os fatos não subsistem e se tornam pó. Só a mentira bem dita é capaz de moldar a verdade perdida.

Este livro não pretende ser uma biografia clássica de Rubem Braga, mas apenas um retrato minimalista de um dos maiores escritores que o Brasil já teve, que nos ensinou que vidas não são feitas apenas de fatos, mas sobretudo do modo como os torneamos. Não basta viver, é preciso dar sentido ao viver, ou tudo se evapora.

(CASTELLO, José. **Na cobertura de Rubem Braga**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p.9-10)

7. Nesse texto de apresentação de seu livro, José Castello caracteriza o cronista Rubem Braga como um escritor para quem
- (A) os acontecimentos ganham sentido e interesse na medida em que sejam trabalhados pela força da imaginação.
 - (B) os fatos dignos de representação literária são aqueles que marcam nossa vida por sua excepcionalidade.
 - (C) as crônicas devem burilar a imaginação de modo a fazer o leitor se dar conta de que tudo é mero produto da fantasia.
 - (D) a fidedignidade aos fatos vividos deve ser a preocupação maior de quem escreve sobre as próprias experiências.
 - (E) a capacidade de sonhar deve restringir-se ao mundo da imaginação, sem contato com as vivências da realidade.



8. *Não basta viver, é preciso dar sentido ao viver, ou tudo se evapora.*

Uma nova, coerente e correta redação da frase acima, se iniciada pelo segmento *Tudo se evapora...*, deverá complementar-se com:

- (A) desde que não baste viver, ao ser preciso ter sentido.
- (B) quando basta o que se vive, tendo com isso um sentido.
- (C) conquanto não baste viver para dar-lhe sentido.
- (D) no caso de apenas vivermos, sem a isso dar sentido.
- (E) se não vivermos apenas, para lhe dar sentido.

9. No contexto, a frase *sem a capacidade de sonhar, os fatos não subsistem e se tornam pó* deve ser entendida em apoio à iniciativa de José Castello de escrever um livro de modo a

- (A) criar um conjunto de crônicas que, pelos temas e estilo, pudessem ser atribuídas a Rubem Braga.
- (B) refazer uma biografia de Rubem Braga, voltando-se para a imaginação e ignorando os fatos realmente vividos pelo cronista.
- (C) tomar as crônicas de Rubem Braga como matéria para uma entrevista que só ocorreu na imaginação do autor.
- (D) considerar as crônicas de Rubem Braga como modelos para escrever outras crônicas, igualmente poéticas e talentosas.
- (E) inventar acontecimentos que ganham importância ao serem referidos à vida pessoal de Rubem Braga.

10. Uma nova, clara e correta redação da frase *A crônica foi, para ele, um gênero eminentemente confessional, e os fatos (...), sua matéria-prima* poderá ser:

- (A) O confessionalismo das crônicas, que adotou como gênero, as quais eram marcadas pelos fatos como base de sua matéria-prima.
- (B) A matéria-prima dos fatos constituía-se no gênero de suas crônicas, onde estas eram caracterizadas pelo teor confessional.
- (C) Para ele, por constituir um gênero com a iminência da confissão, a crônica encontrou nos fatos sua matéria-prima.
- (D) A sua matéria-prima foram os fatos, mas valeu-se da crônica como um gênero sobretudo apropriado às confissões.
- (E) Sendo um gênero próprio para as confissões, suas crônicas foram apoiadas na matéria-prima dos próprios fatos.

11. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- (A) Não é de se esperar que provenham de um cronista de jornal, de um discreto Rubem Braga, confissões como as que dele emergiam.
- (B) A nenhum dos leitores de Rubem Braga conviriam julgar que a imaginação dos fatos pode ser mais forte do que a sua verdade imediata.
- (C) Nunca ocorreram aos grandes cronistas, em seus textos, basearem-se tão somente nas experiências de fato vividas por eles.
- (D) Devem haver mentiras montadas de forma tão convincente e elegante que são possíveis de soarem como se fossem verdades.
- (E) Deve-se a um bom biógrafo as elucidações que cabem para se associarem uma obra aos acontecimentos de uma vida.

12. São exemplos de uma mesma função sintática os elementos sublinhados no segmento:

- (A) Toneladas de acontecimentos estão cimentadas pela força do lirismo.
- (B) A vida não basta, é preciso dar sentido ao viver, ou tudo se evapora.
- (C) Sua vida sobreviveu guardada nas mais de 15 mil crônicas.
- (D) Resolvi usar as crônicas como se fossem uma longa entrevista que Braga tivesse me concedido.
- (E) Grande parte dos relatos do livro não tem a pretensão de ser uma reconstituição fiel dos fatos.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

13. Em uma empresa com 120 funcionários, 42 recebem vale-transporte e 95 recebem vale-refeição. Sabendo que todos os funcionários da empresa recebem ao menos um desses dois benefícios, o total de funcionários que recebem ambos os benefícios é igual a
- (A) 19.
(B) 20.
(C) 25.
(D) 17.
(E) 15.
-
14. Quatro quintos dos processos de uma comarca são da área civil e três oitavos desses processos são da regional sul da comarca. A porcentagem de processos da comarca que são da área civil e da regional sul é igual a
- (A) 12%.
(B) 30%.
(C) 42%.
(D) 20%.
(E) 45%.
-
15. Um Analista Judiciário precisa distribuir certo número de tarefas por 17 funcionários. Distribuindo-se 13 tarefas por funcionário irão sobrar 4 tarefas sem serem distribuídas entre os funcionários. Se a mesma quantidade de tarefas fosse distribuída igualmente por 24 funcionários, cada funcionário receberia 9 tarefas e sobriariam, sem serem distribuídas entre os funcionários, um total de tarefas igual a
- (A) 6.
(B) 8.
(C) 3.
(D) 7.
(E) 9.
-
16. Cinco diretores (Recursos Humanos-RH, Financeiro-F, Administrativo-D, Contábil-C e Marketing-M) estão sentados em uma mesa circular com oito acentos igualmente espaçados ao redor da mesa. D está sentado no acento em frente ao assento de C e no terceiro assento à direita de M. RH está sentado a quatro acentos de F. Em tais condições é correto afirmar que, necessariamente,
- (A) D está sentado ao lado de um assento vazio à sua direita e de um à sua esquerda.
(B) C está sentado imediatamente à direita de RH.
(C) M está sentado em frente a um assento vazio.
(D) M está sentado ao lado de um assento vazio.
(E) há dois assentos vazios que estão juntos.
-
17. A relação entre funcionários homens e funcionárias mulheres em uma repartição pública é de 5 para 4, nessa ordem. Após um concurso, foram admitidos 5 novos funcionários homens e 12 novas funcionárias mulheres nessa repartição. Com o ingresso desses funcionários, a proporção entre funcionários homens e funcionárias mulheres da repartição passou a ser de 9 para 8, nessa ordem. Sendo assim, depois do concurso a repartição passou a ter um total de funcionárias mulheres igual a
- (A) 72.
(B) 70.
(C) 64.
(D) 78.
(E) 80.



18. Uma equipe de 25 trabalhadores foi contratada para realizar uma obra em 14 dias. Passados 9 dias, a equipe só havia realizado $\frac{3}{7}$ da obra. O coordenador da obra decidiu que irá contratar mais trabalhadores, com o mesmo ritmo de trabalho dos 25 que já estão na obra, para dar conta de terminá-la exatamente no prazo contratado. Sendo assim, o coordenador deve contratar um número mínimo de trabalhadores igual a
- (A) 32.
(B) 42.
(C) 35.
(D) 36.
(E) 28.

Noções de Informática

19. A planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2010, em português, mostra o pagamento hipotético de honorários periciais a um perito trabalhista.

	A	B	C	D	E
1	Perito:	Marcos Pereira	Percentual de correção		0,30%
2	Requisição	Processo	Vara do Trabalho	Valor Requisição	Valor Corrigido
3	4336/2017	0000606-18.2017.5.06.0009	VARA DO TRABALHO 9ª REGIÃO	R\$ 350,00	R\$ 351,05
4	4499/2017	0001376-19.2014.5.06.0008	VARA DO TRABALHO 6ª REGIÃO	R\$ 650,00	R\$ 651,95
5	4641/2017	0010048-50.2013.5.06.0008	VARA DO TRABALHO 6ª REGIÃO	R\$ 650,00	R\$ 651,95

Na célula E3 foi digitada uma fórmula que aplica ao valor contido na célula D3 o percentual de aumento contido na célula E1. Após a fórmula ser corretamente digitada, ela foi copiada puxando-se a alça da célula E3 para baixo, até a célula E5, gerando os resultados corretos automaticamente. A fórmula digitada foi

- (A) =D3+(D3*\$E1)
(B) =D3+D3*E1
(C) =SOMA((D3+D3)*E1)
(D) =D3+D3*E\$1
(E) =AUMENTO(D3+D3;E1)
20. Um Analista recebeu um arquivo chamado funcionarios.txt contendo o nome e outras informações de cerca de 10000 funcionários. Ao ser solicitado a localizar os dados do funcionário Marconi Teixeira nesse arquivo, estando na pasta em que se encontra o arquivo em um terminal Linux, digitou o comando
- (A) locate 'Marconi Teixeira' >> funcionarios.txt
(B) search 'Marconi Teixeira' funcionarios.txt
(C) get 'Marconi Teixeira' from funcionarios.txt
(D) grep 'Marconi Teixeira' funcionarios.txt
(E) ls 'Marconi Teixeira' in funcionarios.txt
21. Um Analista utiliza um computador com o Windows 10 instalado, em português, e trabalha frequentemente com diversas janelas de aplicativos abertas. Para alternar entre as janelas abertas e para fechar a janela ativa, ele utiliza, correta e respectivamente, as combinações de teclas:

- (A) Ctrl + Tab e Ctrl + F4
(B) Alt + A e Alt + X
(C) Alt + Tab e Alt + F4
(D) Ctrl + Alt + A e Ctrl + Alt T
(E) Ctrl + F2 e Ctrl + F3



22. Um Analista está escrevendo um relatório no Microsoft Word 2010, em português, e deseja numerar as páginas a partir da terceira página, após a capa e o sumário, iniciando pelo número 1. Para isso, deverá posicionar o cursor no final da segunda página e
- (A) inserir uma quebra de seção para iniciar a próxima seção na próxima página. Depois, deverá inserir a numeração de páginas no cabeçalho ou rodapé da terceira página sem vínculo com a seção anterior.
 - (B) inserir uma quebra de página. Na página seguinte, deverá dar um duplo clique na área de cabeçalho ou rodapé da página, digitar o número 1 no campo Número de página e clicar no botão OK.
 - (C) clicar na opção Cabeçalho e Rodapé da guia Inserir. Na janela que se abre, deverá clicar na opção Número de Página, depois na opção Próxima página e, por fim, no botão OK.
 - (D) realizar uma quebra de página. Depois, deverá inserir número de página no cabeçalho ou rodapé, formatando essa numeração para iniciar pelo número 3.
 - (E) clicar a opção Número de páginas da guia Inserir. Na janela que se abre ele terá que selecionar a opção Iniciar numeração na próxima página e clicar no botão OK.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

23. Conforme expressamente previsto pela Lei nº 10.048/2000, está assegurada a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência em
- (A) instituições financeiras.
 - (B) postos de saúde.
 - (C) cinemas e outros centros culturais.
 - (D) restaurantes.
 - (E) serviços de correios.

24. Segundo a Constituição Federal brasileira, no tocante ao ente federativo com competência para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, é correto afirmar que União, Estados e Distrito Federal possuem competência
- (A) concorrente.
 - (B) hierárquica.
 - (C) concomitante.
 - (D) subsidiária.
 - (E) exclusiva.

25. Segundo a Lei nº 10.098/2000, barreiras arquitetônicas são aquelas
- (A) existentes em espaços públicos, abertos ao público e de uso coletivo.
 - (B) que representem obstáculo que dificulte ou impossibilite a comunicação com terceiro.
 - (C) existentes nos edifícios públicos e privados.
 - (D) que representem entrave que dificulte ou impossibilite a expressão.
 - (E) existentes nos meios de transporte.

26. Segundo o disposto na Lei nº 7.853/1989, constitui crime apenado com reclusão obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência. A pena prevista em abstrato é de
- (A) 2 a 4 anos.
 - (B) 2 a 5 anos e multa.
 - (C) 3 a 5 anos e multa.
 - (D) 1 a 3 anos e multa.
 - (E) 6 meses a 2 anos e multa.

**Legislação e Ética no Serviço Público**

27. Dentre as vantagens previstas para os servidores na Lei nº 8.112/90, as indenizações
- (A) incorporam-se aos proventos dos servidores quando da aposentadoria, diferentemente das gratificações.
 - (B) incorporam-se aos vencimentos dos servidores, assim como os adicionais, estes mesmo depois de cessados os eventos que os justificam, em razão da frequência.
 - (C) se incorporam aos vencimentos dos servidores, tal qual as férias e auxílio-moradia.
 - (D) são devidas para os servidores que comprovarem a necessidade da despesa a ser reembolsada, a partir de quando serão incorporadas aos vencimentos.
 - (E) à exemplo das diárias, não são incorporadas aos vencimentos dos servidores, sendo devidas apenas diante da ocorrência do evento que as justificam.
-
28. Numa hipótese em que um processo administrativo disciplinar tenha tramitado até a fase final, com proferimento de decisão aplicando penalidade ao servidor público, e que se tenha verificado a inexistência de intimação do mesmo no início do procedimento para apresentação de regular defesa,
- (A) é de rigor a revogação do processo, reabrindo-se prazo para defesa do servidor público, sendo possível, no entanto, o aproveitamento dos atos praticados que não tenham gerado prejuízo ao servidor.
 - (B) a decisão poderá ser anulada pela própria Administração pública, em razão da obrigatoriedade de submeter todas as suas decisões em processos disciplinares à instância superior, com recurso obrigatório.
 - (C) a decisão não pode ser revista administrativamente, tendo em vista que não é obrigatória a apresentação de defesa e será possível questionar integralmente o resultado no Judiciário.
 - (D) há nulidade, gerando fundamento para anulação dos atos posteriores e retomando-se o procedimento para conferir oportunidade de defesa ao servidor público.
 - (E) é discricionária a decisão pela revogação do procedimento, considerando que a decisão administrativa proferida em processo disciplinar não faz coisa julgada, não gerando efeitos ao servidor público antes da homologação judicial.
-
29. A prática de ato de improbidade depende da
- (A) demonstração de dolo para a configuração da modalidade de improbidade em que o agente público enriquece ilícitamente, recebendo, por exemplo, pagamentos indevidos pela realização de serviços cotidianos.
 - (B) prova da concretude do prejuízo, financeiro ou operacional, aos entes de natureza jurídica de direito público, não sendo suficiente a mera violação de regras.
 - (C) demonstração de dolo, por parte dos servidores públicos, para a tipificação da modalidade que causa prejuízo ao erário.
 - (D) ocupação, para legitimação do sujeito ativo, de cargo público de caráter efetivo, não se estendendo aos ocupantes de emprego público.
 - (E) demonstração de prejuízo financeiro aos entes da Administração direta ou indireta, independentemente da natureza jurídica dos mesmos.
-
30. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a responsabilidade civil do servidor público
- (A) demanda prova de culpa ou dolo, considerando que a responsabilidade civil dos servidores dá-se sob a modalidade subjetiva.
 - (B) restringe-se aos atos comissivos, considerando que se dá sob a modalidade subjetiva e, portanto, exige prova de dolo ou culpa.
 - (C) é objetiva e solidária com o ente público cujo quadro integra, admitidas, no entanto, as excludentes de responsabilidade.
 - (D) dá-se de forma subjetiva, pessoal e integral, com a comprovação de dolo ou culpa do servidor, não cabendo responsabilização do poder público.
 - (E) dá-se de forma regressiva e não atinge eventual herança do servidor falecido, cabendo necessariamente a prévia responsabilização do ente público em caráter primário.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. À luz da disciplina constitucional das finanças públicas,
- (A) medida provisória poderá dispor sobre a concessão de garantias pelas entidades públicas.
 - (B) é vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
 - (C) lei delegada poderá dispor sobre concessão de garantias pelas entidades públicas.
 - (D) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Conselho Monetário Nacional.
 - (E) não é permitida ao Banco Central a compra e venda de títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
-
32. No que tange à disciplina do controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro,
- (A) não é admissível Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal que tenha por objeto ato normativo editado pelo Distrito Federal no exercício de competência que a Constituição Federal designe aos municípios.
 - (B) para ajuizar ação declaratória de constitucionalidade, o partido político com representação no Congresso Nacional prescinde da representação por advogado.
 - (C) eventual inconstitucionalidade do processo legislativo pode ser objeto tanto do controle concentrado quanto do controle difuso de constitucionalidade.
 - (D) é possível o pedido de desistência da ação direta de inconstitucionalidade, segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) as normas anteriores à Constituição em vigor não podem ser objeto de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
-
33. À luz do que disciplina a Constituição Federal quanto ao processo legislativo,
- (A) aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta deixará de vigor imediatamente.
 - (B) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada, sendo possível, contudo, sua reedição, no caso da perda de sua eficácia por decurso de prazo.
 - (C) prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
 - (D) o Presidente da República, em caso de urgência e relevância, pode editar medida provisória relativa a direito eleitoral.
 - (E) caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta do Congresso Nacional.
-
34. A competência para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional é exclusiva
- (A) do Senado Federal.
 - (B) do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) do Presidente da República.
 - (D) da Câmara dos Deputados.
 - (E) do Congresso Nacional.
-
35. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o chefe do Poder Executivo Federal,
- (A) admitida a acusação contra o Presidente da República, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.
 - (B) o Presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre extinção de órgãos públicos, quando vagos.
 - (C) compete privativamente ao Presidente da República a concessão de anistia.
 - (D) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
 - (E) o Presidente da República possui a mesma imunidade material prevista para os Deputados e Senadores.
-
36. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca da organização do Poder Judiciário,
- (A) lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
 - (B) compete privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.
 - (C) compete aos próprios Tribunais Regionais do Trabalho a iniciativa da elaboração de projeto de lei que disponha sobre planos de cargos e salários de seus membros, bem como de seus serviços auxiliares.
 - (D) todos os tribunais brasileiros devem observar a regra do “quinto constitucional”, que estabelece que um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e da advocacia.
 - (E) um advogado ou um membro do Ministério Público que for nomeado desembargador de um Tribunal Regional do Trabalho somente adquirirá a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício no cargo.



37. Em conformidade com a disciplina constitucional atinente à Ordem Social,
- (A) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada sendo, contudo, vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas sem fins lucrativos.
 - (B) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
 - (C) a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, somente admitida a comercialização após a aprovação de junta médica autorizada pelo Poder Público.
 - (D) é indevida a diferenciação de alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas para as contribuições sociais para a seguridade social dos empregadores, em razão do porte das empresas ou de sua atividade econômica.
 - (E) compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no caráter democrático e descentralizado da Administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

Direito Administrativo

38. A configuração de serviços públicos para fins de celebração de contrato de concessão regido pela Lei nº 8.987/1995 dá-se
- (A) de acordo com a repartição de competências estabelecidas pelos entes políticos, desde que guarde pertinência com o setor de transporte.
 - (B) para as atividades previstas como tal no ordenamento jurídico, dotadas de relevância e inseridas dentre as competências do ente que figurar como poder concedente.
 - (C) pela análise da inconveniência de interrupção da prestação dos serviços, em razão de sua relevância, prestados sob regime jurídico público-privado.
 - (D) mediante discricionariedade do administrador, ao qual caberá analisar a necessidade de remuneração por meio da cobrança de tarifa diretamente do usuário.
 - (E) por meio de autorização legislativa específica para qualificação do serviço como público, além de autorização legislativa para celebrar a concessão, ainda que a prestação do serviço público seja prestada em regime jurídico de direito público.
39. Uma autarquia estava edificando o prédio de sua nova sede. Durante as obras de fundação, as instalações de gasodutos existentes no subsolo foram perfuradas e houve abalos em algumas construções vizinhas. Nesse caso,
- (A) o ente público responde objetiva e exclusivamente pelos danos comprovados, demonstrado o nexo de causalidade, tendo em vista que a autarquia integra a Administração direta.
 - (B) a autarquia responde subjetivamente pelos danos causados a terceiros, desde que haja a necessária demonstração de culpa, considerando a natureza jurídica do ente.
 - (C) o ente público que criou a autarquia responde obrigatoriamente e de forma solidária, em litisconsórcio necessário, pelos danos a que esta tenha dado causa.
 - (D) a autarquia responde objetivamente pelos danos efetivamente causados, demonstrado o nexo de causalidade entre eles e a atuação daquele ente.
 - (E) o ente público responde objetivamente e a autarquia, em regresso, subjetivamente, no caso de haver dolo ou culpa de seus funcionários.
40. Um Município pretende se desfazer de um prédio onde funciona uma unidade escolar, mediante alienação por meio de licitação, pois ela se insere em região que se tornou bastante valorizada para empreendimentos imobiliários. Editou decreto autorizando a licitação. Esse ato
- (A) é aderente ao princípio da eficiência, tendo em vista que o interesse público será mais e melhor atendido com a receita oriunda da alienação e destinada a outras políticas públicas.
 - (B) deve ser revogado, pois viola a norma legal que exige avaliação prévia e desafetação para somente então o bem poder ser alienado.
 - (C) é ilegal, considerando que a alienação depende de lei autorizando a alienação e desafetando o bem de uso especial.
 - (D) é válido e regular, ficando condicionado à prévia desocupação do imóvel.
 - (E) é inválido, não podendo ser considerado o resultado da licitação, independentemente de anulação.



41. De acordo com a Lei nº 13.019/2014,
- (A) os instrumentos de parceria previstos nesse diploma legal se destinam a disciplinar a realização de atividades de interesse público e recíproco, nem todos envolvendo o repasse de recursos financeiros em favor da organização da sociedade civil.
 - (B) a celebração de acordos ou termos de cooperação com entidades da sociedade civil configura hipótese expressa de dispensa de licitação, diferentemente do termo de fomento, que exige a realização de um chamamento para escolha da organização que melhor desempenhará as atividades de interesse público.
 - (C) qualquer organização da sociedade civil pode celebrar parceria com a Administração pública, podendo se materializar mediante convênio ou contrato.
 - (D) as entidades da sociedade civil devem ser qualificadas como organizações sociais para celebrarem parcerias regidas por esse diploma legal com os entes públicos quando envolverem o repasse de recursos financeiros.
 - (E) as parcerias firmadas entre poder público e entidades da sociedade civil regidas por esse diploma legal dependem da previsão de repasse de recursos financeiros para realização das atividades.
-
42. As relações e os negócios jurídicos realizados pela Administração pública
- (A) dependem de concordância das duas partes para serem alterados unilateralmente, sejam eles regidos pelo direito público ou pelo direito privado.
 - (B) conferem prerrogativas à Administração pública para alterar ou extinguir os instrumentos, independentemente do regime jurídico a que se submetam.
 - (C) são sempre celebrados por meio de contratos administrativos, a fim de garantir as prerrogativas inerentes à Administração pública.
 - (D) têm natureza jurídica de contrato administrativo, ainda que juridicamente utilizem a forma de outro instrumento jurídico.
 - (E) garantem a outra parte a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando celebrados por meio de contratos administrativos.
-
43. A realização de uma licitação para a contratação, com base na Lei nº 8.666/1993, de obras de reforma de um ginásio esportivo depende, dentre outros requisitos,
- (A) da realização de consulta pública, independente do valor do contrato, para colher subsídios junto aos interessados para aperfeiçoamento do edital e do contrato.
 - (B) da autorização do Legislativo para comprometimento do orçamento do ano em que as obras serão executadas.
 - (C) da realização de audiência pública, para autorização popular acerca da política pública deliberada pela Administração.
 - (D) da existência de recursos orçamentários e financeiros para fazer frente ao valor integral do contrato, ainda que ultrapasse um exercício financeiro.
 - (E) de terem sido previstos recursos orçamentários para garantir que a parcela das obras executadas seja paga no mesmo exercício financeiro.
-
44. A instalação de um laboratório de análises clínicas por um Estado da Federação vem encontrando dificuldades na escolha da alternativa de localização disponível. Havendo a definição da melhor região para tanto,
- (A) deverá o Estado desapropriar o terreno que melhor atender as características essenciais ao atingimento da finalidade, inexistindo previsão legal para aquisição direta de bens imóveis por entes públicos.
 - (B) poderá o Estado comprar o terreno mediante dispensa de licitação, não sendo permitido ao proprietário discutir o preço ou o momento da desocupação.
 - (C) deverá o Estado licitar a aquisição de um imóvel, indicando as características necessárias para instalar as atividades, não sendo possível, no entanto, especificar a região.
 - (D) poderá o Estado desapropriar o imóvel que melhor atenda as necessidades da atividade a ser desenvolvida no local, mediante justa e prévia indenização.
 - (E) deverá o Estado adquirir o imóvel onerosamente diretamente de seu proprietário, negócio jurídico que deverá se formalizar contratualmente, mediante vontade das duas partes, vedada expropriação pelo Estado.

Direito Civil

45. Ao dizer que, salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro está referindo-se à
- (A) retroação da lei.
 - (B) repristinação.
 - (C) sub-rogação.
 - (D) anterioridade legal.
 - (E) resilição.



46. Considere as afirmações a seguir, que concernem à responsabilidade civil.
- I. Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem, apenas mediante aferição de culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
 - II. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
 - III. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima, força maior, conduta de terceiro ou que tomou todas as medidas cabíveis para evitar o dano.
 - IV. O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
 - V. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) I, II, III e V.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, III, IV e V.
-
47. No tocante aos direitos da personalidade,
- (A) de acordo com o Código Civil, salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes; o ato de disposição será admitido para fins de transplante, na forma prevista em lei especial.
 - (B) o nome da pessoa não pode ser empregado por ninguém em publicações que a exponham ao desprezo público, salvo se não houver intenção difamatória ou injuriosa.
 - (C) pode-se exigir a cessação da ameaça ou lesão a direito da personalidade; se pleiteadas perdas e danos, será vedado requerer outras sanções preventivas ou punitivas.
 - (D) é válida a disposição gratuita do próprio corpo, com objetivo científico, para depois da morte; é defesa a disposição com objetivo altruístico.
 - (E) é admissível a limitação voluntária do exercício de direitos da personalidade, quaisquer que sejam, embora sejam intransmissíveis e irrenunciáveis por sua natureza.

-
48. Pimpão é um palhaço de circo itinerante. Para efeitos legais,
- (A) Pimpão não possui domicílio.
 - (B) o domicílio de Pimpão é o lugar em que Pimpão for encontrado com o circo.
 - (C) o domicílio de Pimpão é o endereço do sindicato ou associação que represente sua categoria profissional.
 - (D) o domicílio de Pimpão é o endereço do circo constante em seu registro como pessoa jurídica.
 - (E) o domicílio de Pimpão é o último local em que Pimpão residiu.

Direito Processual Civil

49. Em relação às modificações de competência,
- (A) quando houver continência e a ação continente houver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
 - (B) a abusividade da cláusula de eleição de foro deve ser alegada pela parte a quem aproveita, não podendo ser examinada de ofício pelo juiz, salvo em relações consumeristas.
 - (C) serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.
 - (D) o foro contratual eleito pelas partes é personalíssimo e, portanto, não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
 - (E) a determinada em razão da matéria, da pessoa ou do valor é inderrogável por convenção das partes.



50. No cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, em relação à impugnação, é correto afirmar:
- (A) É defeso ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.
 - (B) A concessão do efeito suspensivo à impugnação obsta à efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação de bens, mantendo-se como válida porém a constrição já ocorrida.
 - (C) As questões relativas a fato superveniente ao término do prazo para sua apresentação, assim como aquelas relativas à validade e à adequação da penhora, da avaliação e dos atos executivos subsequentes, podem ser arguidas por simples petição, tendo o executado, em qualquer dos casos, o prazo de quinze dias para formular esta arguição, contado da comprovada ciência do fato ou da intimação do ato.
 - (D) Se atribuído apenas efeito devolutivo à impugnação, e somente nessa hipótese, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz.
 - (E) A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados sempre suspenderá a execução também contra os que não impugnaram, por questão de isonomia processual.

51. A fim de agilizar o curso dos processos em sua Comarca, um dos juizes de Jundiá determina que os prazos para contestação nas ações de procedimento ordinário serão de dez dias. Faz isso de forma geral, unilateralmente, e a circunstância passa a constar em todos os mandatos de citação, para que o réu não alegue ignorância ou prejuízo.

Essa conduta, em face do Código de Processo Civil, é

- (A) correta processualmente, uma vez que se trata da redução de um prazo dilatatório e não peremptório, não havendo assim necessidade de anuência das partes.
- (B) equivocada processualmente, pois é defeso ao juiz reduzir prazos peremptórios e sem anuência das partes.
- (C) equivocada processualmente, pois não é dado ao juiz reduzir nenhum prazo, em nenhuma hipótese, salvo se pleiteado pelas partes de comum acordo em negócio jurídico processual.
- (D) correta processualmente, pois prestigia o princípio da duração razoável do processo, mostrando-se irrelevante a natureza do prazo.
- (E) correta processualmente, uma vez que os réus estão cientificados dos mandados de citação e não podem alegar ignorância ou prejuízo.

52. Considere as afirmações a seguir, que concernem à produção das provas processuais.

- I. Os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, bem como os notórios, necessitam ser provados nos autos.
- II. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- III. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, indeferindo, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- IV. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados na norma processual civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido e influir eficazmente na convicção do juiz.
- V. A distribuição do ônus da prova pode ocorrer de forma diversa pela vontade das partes, desde que a convenção respectiva seja celebrada durante o curso do processo, necessariamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II e V.
- (E) II, III e V.

**Direito do Trabalho**

53. Visando apurar desvios que estão ocorrendo no setor de compras da empresa, o Gerente responsável contrata empresa de auditoria e a autoriza a utilizar um polígrafo (detector de mentiras) para apurar quais empregados estavam prestando informações erradas à investigação. A situação concreta apontada
- (A) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, tendo em vista que a utilização do polígrafo está sendo feita por terceiro, alheio à relação de emprego, a quem não é atribuído o poder de direção, que é inerente à figura do empregador.
 - (B) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, causando danos à sua honra e à sua imagem, uma vez que a utilização do polígrafo extrapola o exercício do poder diretivo do empregador, por não ser reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro como forma de controle de empregados.
 - (C) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de controle, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico, desde que não exponha os empregados a situação vexatória.
 - (D) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder disciplinar, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico de forma ampla.
 - (E) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de organização, mas somente terá validade se os questionamentos realizados por meio do polígrafo restringirem-se a questões de trabalho, não abrangendo questionamentos sobre a vida privada dos empregados.
-
54. Considere as afirmações abaixo.
- I. Matheus trabalha na filial da empresa X, na cidade de Caruaru. Em 25 de abril de 2017 foi eleito membro da CIPA. Entretanto, no dia 28 de outubro de 2017, o estabelecimento em que trabalhava foi extinto e ele foi dispensado sem justa causa. A dispensa é válida, em razão da extinção do estabelecimento.
 - II. Uma empregada gestante foi despedida sem justa causa no primeiro mês de gravidez. O empregador desconhecia a gravidez da empregada. A dispensa é válida, em razão do desconhecimento do estado gravídico pelo empregador.
 - III. Uma empresa constituiu em 15 de setembro de 2017 Comissão de Conciliação Prévia com atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho havidos em seu âmbito. Um dos representantes que a compõe, eleito pelos empregados, foi dispensado sem justa causa em 23 de janeiro de 2018. A dispensa é válida porque somente são detentores de estabilidade no emprego, até o término do mandato, os integrantes de Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito do sindicato.
 - IV. Uma empresa que possui 500 empregados promoveu, em 23 de janeiro de 2018, eleição para a composição e instituição de comissão de representação dos trabalhadores. Um dos três membros que compõem a comissão foi dispensado arbitrariamente dois dias após a eleição e um dia antes de tomar posse. A dispensa é inválida, tendo em vista que os integrantes da comissão têm estabilidade no emprego desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) III e IV.
-
55. Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.
 - (B) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em acordo.
 - (C) Havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregado.
 - (D) Havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se a favor do empregado.
 - (E) As normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, por terem estas destinação mais específica.
-
56. José Henrique, vendedor de uma fábrica de geladeiras e outros eletrodomésticos do Paraná, foi transferido em 01 de fevereiro de 2018 para trabalhar na mais nova filial da fábrica em Cabo de Santo Agostinho, mudando-se com a família e passando a viver naquele Município. Além de seu salário fixo, recebeu ao final do mês de fevereiro comissão pelas vendas realizadas, ajuda de custo no valor correspondente a 40% da sua remuneração mensal e prêmio do dia do "representante de eletrodomésticos" (paga todo ano no mês de fevereiro). Possui plano de saúde médico e odontológico e um curso de inglês totalmente pagos pela empresa. O empregado foi reclamar com seu gerente o não pagamento do adicional de transferência. Nesse caso, têm natureza salarial as comissões,
- (A) e a ajuda de custo, o que não ocorre com o prêmio; o plano de saúde e o curso de inglês caracterizam salário utilidade; o empregado não tem direito ao adicional de transferência.
 - (B) e o prêmio, o que não ocorre com a ajuda de custo; o plano de saúde e o curso de inglês não caracterizam salário utilidade; o empregado tem direito ao adicional de transferência.
 - (C) a ajuda de custo e o prêmio do dia do "representante de eletrodomésticos"; o plano de saúde e o curso de inglês caracterizam salário utilidade; o empregado tem direito ao adicional de transferência.
 - (D) a ajuda de custo e o prêmio do dia do "representante de eletrodomésticos"; o plano de saúde e o curso de inglês não caracterizam salário utilidade; o empregado tem direito ao adicional de transferência.
 - (E) o que não ocorre com a ajuda de custo e com o prêmio; o plano de saúde e o curso de inglês não caracterizam salário utilidade; o empregado não tem direito ao adicional de transferência.



57. Em relação ao trabalho noturno,
- (A) as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para o adicional noturno.
 - (B) o empregado que trabalha em horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, não faz jus ao adicional noturno.
 - (C) o direito ao adicional noturno não é assegurado ao vigia sujeito ao trabalho noturno, tendo em vista a regulamentação própria e a especificidade do serviço realizado que prevê que este é inerente ao horário de trabalho.
 - (D) não se aplica a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos ao trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados, por meio de dutos, que é regulado por lei própria.
 - (E) o adicional noturno pago com habitualidade incorpora-se ao salário do empregado, não podendo deixar de ser pago ainda que o empregado deixe de trabalhar no horário noturno, tratando-se de direito adquirido.

58. Em relação ao teletrabalho,
- (A) a alteração do regime de teletrabalho para o presencial depende da concordância do empregado sob pena de nulidade.
 - (B) é considerada como teletrabalho a prestação de serviços fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação de propriedade do empregado, que também tem a responsabilidade em relação à sua conservação e manutenção.
 - (C) a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão acordadas entre empregado e empregador, através de previsão em contrato escrito.
 - (D) o comparecimento do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas caracteriza o regime de teletrabalho.
 - (E) o fato de o empregador instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes do trabalho, impede a responsabilização do mesmo em caso de infortúnio com o teletrabalhador.

Direito Processual do Trabalho

59. No tocante aos honorários de sucumbência no processo do trabalho, de acordo com as inovações da Lei nº 13.467/2017, que alteraram a CLT
- (A) serão fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação ou sobre o valor atualizado da causa.
 - (B) serão fixados pelo juízo de acordo com o grau de zelo do profissional, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, sendo irrelevante o lugar da prestação do serviço.
 - (C) serão devidos ao advogado da parte que tenha sucumbido na menor parte dos pedidos constantes da ação.
 - (D) não são devidos ao beneficiário da justiça gratuita e nem na reconvenção.
 - (E) são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.
60. Em relação ao cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho,
- (A) a recusa do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho em emitir juízo de admissibilidade sobre qualquer tema somente pode ser impugnada quando da interposição do recurso, não cabendo embargos de declaração.
 - (B) faculta-se ao Ministro Relator, por decisão recorrível mediante agravo interno, determinar a restituição do agravo de instrumento ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de origem para que complemente o juízo de admissibilidade, desde que interpostos embargos de declaração.
 - (C) admitido apenas parcialmente o recurso de revista, constitui ônus da parte impugnar, mediante agravo de instrumento, o capítulo denegatório da decisão, sob pena de preclusão.
 - (D) não cabem embargos de declaração parcial do despacho denegatório do recurso de revista, sendo necessário que a omissão seja total, abrangendo todos os temas objeto do recurso de revista.
 - (E) não é nula a decisão regional que se abster de exercer controle de admissibilidade sobre qualquer tema objeto de recurso de revista, não obstante interpostos embargos de declaração, desde que tenha apreciado pelo menos um dos temas.



61. Em relação à competência material da Justiça do Trabalho, esta
- (A) não é competente para processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS).
 - (B) não é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais.
 - (C) é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas, mas não para as propostas pelos dependentes ou sucessores do trabalhador falecido.
 - (D) não é competente para a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, ainda que se destine ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.
 - (E) é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
-
62. A forma jurisdicional de solução dos conflitos coletivos de trabalho se dá por meio do ajuizamento de ação própria perante a Justiça do Trabalho, denominada de dissídio coletivo, sendo que
- (A) a revisão da decisão que fixar condições de trabalho não pode ser promovida por iniciativa do Tribunal prolator da mesma e nem pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, sendo faculdade exclusiva das partes o seu requerimento.
 - (B) é necessário o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.
 - (C) havendo convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em vigor, deverá ser instaurado dentro dos 90 dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.
 - (D) estando o conflito limitado à base territorial correspondente à jurisdição de um único TRT, a competência para julgar o dissídio coletivo será deste TRT.
 - (E) a decisão nele proferida faz coisa julgada formal e material.
-
63. Sobre o procedimento sumaríssimo adotado no processo do trabalho,
- (A) em razão da celeridade imprimida pelo legislador, sobre os documentos apresentados por uma parte, a outra se manifestará no prazo improrrogável de 24 horas, podendo tal prazo ser dilatado se o juiz entender necessário.
 - (B) a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do TST, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST, ante a ausência de previsão legal.
 - (C) todas as provas serão produzidas em audiência, desde que requeridas previamente.
 - (D) as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo deverão ser comunicadas ao juiz pelas partes e advogados no prazo máximo de 15 dias após ocorrerem, sob pena de serem reputadas eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.
 - (E) pode ser adotado nas demandas em que são partes autarquia e fundação pública.
-
64. Sobre os prazos no processo do trabalho,
- (A) o recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do TST interrompem os prazos recursais.
 - (B) quando não juntada a ata ao processo em 24 horas, contadas da audiência de julgamento, o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.
 - (C) podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, quando o juiz entender necessário e em virtude de força maior, devidamente comprovada.
 - (D) são contínuos e irrelevantes, sendo contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
 - (E) sendo a parte intimada ou notificada no sábado, a contagem do prazo inicia-se na segunda-feira seguinte.
-
65. A Lei nº 13.467/2017 ampliou a competência das Varas do Trabalho, atribuindo a elas a decisão quanto à homologação de acordo extrajudicial, sendo que
- (A) a petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nele especificados que, porém, voltará a fluir no dia útil seguinte ao trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.
 - (B) é incabível a assistência do trabalhador pelo advogado do sindicato de sua categoria, por tratar-se de processo de jurisdição voluntária.
 - (C) este terá início por petição conjunta, sendo facultada às partes a representação por advogado, que pode ser comum a ambas.
 - (D) o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença no prazo de 5 dias a contar da distribuição da petição.
 - (E) a utilização deste pelas partes, de comum acordo, afasta a multa prevista em lei para o caso de atraso no pagamento das verbas rescisórias.



66. A partir da Lei nº 13.467/2017, o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica passou a ser expressamente previsto na CLT, sendo correto afirmar que
- (A) cabe agravo de petição, desde que garantido o juízo, da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de execução.
 - (B) cabe recurso ordinário da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de conhecimento.
 - (C) cabe agravo interno da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
 - (D) o processo será interrompido com a instauração do incidente.
 - (E) a instauração do incidente é incompatível com tutela de urgência de natureza cautelar, não podendo essa, portanto, ser concedida nessa fase processual.

Direito Previdenciário

67. Júlio, auxiliar de produção da Empresa Fios Especiais Ltda., foi injustamente dispensado, recebendo devidamente suas verbas rescisórias. Nesse caso, Júlio
- (A) manterá sua qualidade de segurado da Previdência Social, independentemente de contribuições, até seis meses após a cessação das contribuições.
 - (B) não manterá sua qualidade de segurado da Previdência Social, mesmo recebendo as parcelas do Seguro-desemprego.
 - (C) manterá sua qualidade de segurado da Previdência Social, independentemente de contribuições, até doze meses após a cessação das contribuições.
 - (D) manterá sua qualidade de segurado da Previdência Social, independentemente de contribuições, até dezoito meses após a cessação das contribuições.
 - (E) não manterá sua qualidade de segurado da Previdência Social após o término do recebimento das parcelas do Seguro-desemprego.

68. De acordo com a reforma trabalhista, NÃO integram a remuneração do empregado não constituindo bases de incidência de encargos trabalhista e previdenciário, entre outros:
- (A) ajudas de custo limitadas a cinquenta por cento da remuneração mensal e o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro.
 - (B) as diárias para viagem e as ajudas de custo com valor maior do que cinquenta por cento da remuneração mensal.
 - (C) as gratificações de função e o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro.
 - (D) as gorjetas e as ajudas de custo com valor maior do que cinquenta por cento da remuneração mensal.
 - (E) as gratificações legais e o auxílio-alimentação, mesmo que pago em dinheiro.

69. Ricardo exerce a função de ensacador de cacau e, nesta condição, é considerado
- (A) trabalhador eventual e segurado especial da Previdência Social.
 - (B) trabalhador avulso e segurado obrigatório da Previdência Social.
 - (C) autônomo e segurado facultativo da Previdência Social.
 - (D) trabalhador avulso e segurado facultativo da Previdência Social.
 - (E) trabalhador eventual e segurado obrigatório da Previdência Social.

70. No tocante aos Planos de Benefícios de Entidades Abertas do Regime de Previdência Complementar, implantado pela Lei Complementar nº 108/2001, considere:
- I. Os planos de benefícios poderão ser individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas ou coletivas, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.
 - II. O plano coletivo não poderá ser contratado por várias pessoas jurídicas.
 - III. É vedada à entidade aberta a contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.



DISCURSIVA

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.3 A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de uma **questão teórico-prática, relacionada aos conteúdos programáticos de Conhecimentos Específicos**, constantes no Anexo II deste Edital. 11.4. Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 11.5. A Prova Discursiva será avaliada em conformidade com os seguintes critérios: o domínio técnico-jurídico do conteúdo, a correção gramatical e a adequação vocabular, tendo em vista os mecanismos básicos de constituição do vernáculo, os procedimentos de coesão e argumentação. 11.6. Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que: a) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado, fugir ao tema proposto; b) for assinada fora do local apropriado; c) apresentar qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva a que se refere este Capítulo, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.8. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.9 Na Prova Discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites de número de linha estabelecidos, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 11.10 A Prova Discursiva será avaliada em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a **50 (cinquenta)**.

QUESTÃO 1

Considere o caso hipotético abaixo.

Jaqueline Maldonado era costureira na oficina de costura Zíper & Afins Ltda.

O proprietário inseriu no Regulamento da empresa disposição que prevê a limitação do horário para uso dos banheiros para todos os empregados. Alegou que seu quadro de colaboradores é composto basicamente por mulheres, que gastam muito tempo indo ao sanitário, além do que as mulheres têm o péssimo hábito de irem ao banheiro juntas, desfalcando o posto de trabalho.

Afirmou que desde que implantou o horário controlado para uso dos banheiros (somente no intervalo de 15 minutos pela manhã e à tarde, além do intervalo para almoço) a produção melhorou muito e consegue maximizar o tempo de serviço.

Inclusive, passou a pagar uma gratificação a todas as colaboradoras pela eficiência.

Ocorre que Jaqueline foi dispensada por justa causa por não seguir as diretrizes da empresa, ingressando com Reclamação Trabalhista na qual pleiteia a conversão da dispensa motivada para dispensa sem justa causa, além de exigir o pagamento de danos morais, sob alegação de que contraiu infecção urinária por conta da determinação da empresa.

Responda, sempre fundamentando, tanto no aspecto doutrinário, quanto na legislação vigente.

- a. Mencione e conceitue os 3 poderes de direção do empregador no contrato de trabalho.
- b. Baseado neste caso hipotético, indique os poderes utilizados pelo empregador.
- c. A dispensa por justa causa, nesse caso, está embasada em algum dos motivos expostos na CLT?
- d. O empregador poderia rescindir o contrato de Jaqueline Maldonado por justa causa?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

